

As relações escravistas no Convento de São Boaventura

Gilciano Menezes Costa

Mestre em História Social (UFF) e Professor-Tutor PENESB-UFF

Professor de Educação Básica da rede Estadual em Itaboraí e

da rede Municipal de Magé

gilhist@gmail.com

Resumo:

O texto visa analisar parte do cotidiano dos escravos pertencentes ao Convento de São Boaventura. Localizado no município de Itaboraí (RJ), a história desse convento representa um valioso objeto de análise para a compreensão das diferentes relações escravistas da região. Entre os temas abordados, neste trabalho, destacam-se a prática de pedir esmolas realizadas pelos escravos conventuais, a senzala e as famílias escravas existentes no convento. É um estudo que, através da História Social, pretende ampliar as interpretações na investigação da História Regional.

Palavras-chave: Escravos conventuais; Convento de São Boaventura; Itaboraí.

Abstract¹: The text aims to analyze part of the daily lives of slaves of the Convent of Saint Boaventura. Located in Itaboraí city (RJ), the history of this convent represents a valuable object of analysis to understand the different slave relations in the region. Among the topics covered in this work, stand out the practice of begging performed by slaves, the slave quarters and slave families in the convent. It is a study that, through the Social History, intends to expand the interpretations in the investigation of the Regional History.

Key words: convent slaves; Convent of Saint Boaventura; Itaboraí.

¹ Agradeço a gentileza e a cordialidade da amiga antropóloga e tradutora, Maria Suellen Timoteo Correa, pela tradução do resumo deste texto.

Reflexões iniciais:

O tema apresentado neste artigo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla, a qual busca analisar a História de Itaboraí (RJ) pela compreensão de sua organização socioeconômica. O estudo das relações escravistas nessa região, no âmbito de sua diversidade, é o foco central da pesquisa.

Entre as informações que viabilizam a investigação dos lugares de atuação dos escravos em Itaboraí, é destacada a movimentação nos portos fluviais, no século XVIII e XIX, e a presença dos religiosos franciscanos na localidade². Esses portos, assim como o Convento de São Boaventura, representam espaços de sociabilidade determinantes para a construção de uma análise das relações escravistas fora das áreas de *plantation*. Logo, não se prioriza nessa análise a escravidão existente na grande lavoura monocultora exportadora.

Neste artigo, é analisado o Convento de São Boaventura³ e o que se apresenta é um estudo que busca construir uma história social desse espaço religioso, pesquisando parte de seu cotidiano para compreender os níveis da diversidade das relações escravistas em Itaboraí. O foco é direcionado para o período da segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, embora menções de outros períodos sejam realizadas como forma de auxiliar o estudo no corte cronológico proposto.

É um trabalho que busca compreender as práticas cotidianas dos silenciados na história, elaborando uma pesquisa pautada na valorização da “*história vista de baixo*”, na medida em que essa perspectiva além de ampliar os limites da História, abre novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, proporciona meios para investigar “*as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história*” (SHARPE, 1992:41).

Não é pretensão desta obra focar na história franciscana, mas sim apresentar, ainda que de forma breve, no quanto a história da presença desta Ordem religiosa, em Itaboraí, pode contribuir para a construção de uma História Regional mais ampla. Assim, essa pesquisa

² Para saber mais ver: (COSTA:2013). Ver também o projeto “História de Itaboraí; Pesquisa, Memória e Educação”. Disponível em: <<http://historiadeitaborai.blogspot.com.br/>> Acessado em 06/03/2015.

³ Tombado na esfera Estadual em 1978 (processo E-03/33.714/78), na Federal em 1980 (processo nº 690-t-63, inscrição nº 476, Livro Histórico, H. 81, inscrição nº 540, Livro de Belas Artes, vol. 2, nº, iniciado em 28/04/1980) e na Municipal em 1995 (lei 1.305).

pretende romper com os modelos engessados de uma História Única, característicos em boa parte dos trabalhos influenciados pela Historiografia Tradicional e presentes em várias obras que circulam na cidade.

O que se propõe é a ampliação do leque interpretativo na investigação, como forma de gerar um estudo que busque compreender as complexidades sociais de Itaboraí. Torna-se possível, desta forma, o entendimento da participação dos diferentes grupos sociais na formação do município.

O local analisado representa o ponto de partida para o povoamento de diferentes municípios vizinhos, o que fez gerar, entre outros motivos, um entrelaçamento histórico de Itaboraí com esses lugares. Assim, esta obra pretende ser uma contribuição no entendimento das relações escravistas na História de algumas regiões do Recôncavo da Guanabara e do Vale do Macacu⁴.

A Província da Imaculada Conceição e o Convento de São Boaventura:

A história do Convento de São Boaventura não é analisada nesta obra por sua História em si, mas sim como resultado das ações que a Ordem Franciscana realizou no Brasil. A historiografia consultada é baseada, principalmente, nos trabalhos da Ordem dos Frades Menores (OFM). Destacam-se as obras do compilador Frei Apolinário da Conceição, do cronista Frei Antonio de Santa Maria Jabotão, ambas produções do século XVIII (IGLESIAS, 2011:125-135), e dos Freis Basílio Röwer, Gentil Avelino Tilton e Venâncio Willeke, ambos historiadores do século XX (IDEM, 2011:23-38).

Outro cuidado presente nessa análise, é a elaboração de um estudo sobre o Convento que não seja influenciado pelo debate, entre as ordens religiosas, da primazia sobre o trabalho catequético no período colonial. A partir da compreensão histórica sobre o Convento, torna-se mais viável o estudo das relações escravistas nesse espaço. Apresentadas essas questões, uma breve contextualização sobre a organização administrativa dos franciscanos inicia o estudo proposto.

No ano de 1584, foi instalada a Custódia⁵ de Santo Antonio do Brasil, dependente da Província⁶ de Santo Antonio de Portugal. Esse feito marca o início do estabelecimento

⁴ Respectivamente os Municípios de Magé, Guapimirim e Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo.

⁵ Conjunto de conventos, com certa autonomia, aos quais faltam alguns requisitos para serem eretos em Província.

organizado e permanente dos franciscanos na Colônia. Devida a sua expansão, em 1647, a Custódia tornou-se independente da Província de Portugal e em Agosto de 1657, foi elevada a Província. Segundo o Frei Tilton, os problemas administrativos ocasionados por conta da dimensão territorial dessa Província, somado a prosperidade que os Conventos do Sul alcançaram, na primeira metade do século XVII, contribuíram para a criação, em 1659, da Custódia da Imaculada Conceição. Em Julho de 1675, essa Custódia foi elevada a Província (TITTON, 1970:312-315).

Em relação a criação dos Conventos na parte Sul, ainda quando só existia a Província de Santo Antonio, Frei Willeke argumenta que a fundação desses Conventos foi consequência das ameaças que os Conventos do Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba, receberam com as invasões holandesas. Willeke baseia seu argumento ao apontar que no período dessas invasões “*foram fundados nove, cinco deles na parte que mais tarde passou a formar a Custódia da Imaculada Conceição*”. Assim, além do caráter missionário dos franciscanos, a criação desses Conventos foi resultado da busca por “*lugares menos ameaçados*” (WILLEKE, 1974:303).

Diante dessa breve contextualização da Ordem Franciscana no Brasil, torna-se possível compreender que a criação do Convento de São Boaventura é resultado, entre outros motivos, da ação missionária dos franciscanos e da busca por lugares menos ameaçados a invasões estrangeiras.

De acordo com os escritos de Frei Jaboatão, é possível perceber que a presença franciscana nas proximidades do rio Macacu e Caceribu precedeu a fundação do Convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro, logo é anterior a 1608. Ele narra que os franciscanos iam até essas regiões pedir, como esmola, madeiras para a construção do Convento no Rio de Janeiro (JABOATÃO, 1859:436). O contato desses religiosos com os poucos moradores que viviam nessas localidades, possivelmente, contribuiu como um dos pontos de partida para o desenvolvimento da presença religiosa na região.

Erguido na Freguesia de Santo Antonio do Cassarabú⁷ (Caceribu), nas terras doadas pelo Capitão João Gomes Sardinha e sua mulher Margarida Antunes (LISBOA, 1835:222), o Convento de São Boaventura, segundo o Frei Apolinário da Conceição, teve sua fundação

⁶ Conjunto de conventos que, preenchidos certos requisitos, constituem uma unidade com governo autônomo, dependente diretamente do Geral na forma das Constituições da Ordem Franciscana.

⁷ Freguesia criada em Dezembro de 1644 e elevada à Vila, em cinco de Agosto de 1697, com a denominação de Vila de Santo Antônio de Sá. José Matoso Maia Forte argumenta que essa freguesia foi “*a primeira das criadas no recôncavo e, mais antiga do que ela, só se apontava a da Sé do Rio de Janeiro*” (FORTE, 1934:37).

iniciada no dia “*vinte de Novembro de mil seiscientos e quarenta e nove*”, com a construção de uma Casa Provisória, que foi utilizada de morada para os frades durante a construção do Convento (CONCEIÇÃO, 1972:131).

Frei Basílio Röwer argumenta que o Convento de São Boaventura “*foi o quinto na ordem cronológica de suas fundações*” (RÖWER, 1941:160). Complementando Röwer, São Boaventura foi o quinto fundado dentro da Província da Imaculada Conceição e o décimo terceiro no Brasil (JABOATÃO, 1858:200).

A construção do Convento⁸ começou em 1660 e “*durou dez anos, pois foi só no dia 4 de Fevereiro de 1670, (...) que a comunidade se trasladou para a nova Casa (...)*. “*Durou este convento 114 anos, pois em 1784 empreendeu-se a sua reconstrução (...)*” (RÖWER, 1941:167), momento em que os franciscanos da Ordem Terceira “*fizeram Capela própria, separada da igreja conventual*” (IBIDEM:172).

Monsenhor Pizarro questionou a Ordem Terceira, argumentando que era “*sumamente prejudicial a freguesia e ao Pároco: porque devendo os fregueses contribuir com as suas esmolas, e doações para a Matriz, só fazem gosto de se exaurirem com a Ordem; e para a Matriz, nada querem dar*”. Provavelmente esse questionamento tenha representado um conflito entre esses espaços religiosos da região (ARAUJO, 2009:156). Frei Apolinário da Conceição narra que a Ordem Terceira “*teve princípio neste convento no ano de mil setecentos e dez*” (CONCEIÇÃO, 1972:132).

A partir de 1784, o Convento de São Boaventura adquire as características arquitetônicas evidenciadas em suas atuais ruínas, tendo ao centro, a Igreja Conventual com a torre sineira em sua fachada, a esquerda, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a direita, o Convento, como pode ser observado na imagem abaixo:

⁸ Compreendendo o nível de dificuldade da construção do Convento, Alberto Ribeiro Lamego narra que “*sua existência foi um “milagre” da pertinácia do colonizador em sua luta contra o brejo*” (LAMEGO, 1964:197).

Convento de São Boaventura (1925)



Fonte: Mosteiro de São Bento⁹

Dos 22 Conventos Franciscanos existentes até o século XVIII, apenas quatro possuíam noviciado, sendo o Convento de São Boaventura um deles. Seu funcionamento durou de 1672 a 1784. Algumas supressões ocorreram entre esses anos, o que fizeram com que o noviciado não funcionasse nos períodos de 1727 a 1750 e de 1764 a 1778. Röwer considera a época de florescência do noviciado o período de 1750 a 1763, chegando a ter, em 1762, um total de 25 noviços. Relata que *“foi nesse tempo que São Boaventura deu à Província religiosos muito distintos.”* Entre alguns desses personagens, destacam-se Frei Antônio de Sant’Ana Galvão e Frei Mariano da Conceição Veloso¹⁰ (RÖWER, 1941:175-178).

Além do Noviciado, funcionou também em São Boaventura Escolas Primárias para os filhos da localidade, Seminário de Gramática e Casas de Estudo de Filosofia e Teologia. Desta forma, o Convento representou um dos primeiros espaços de ensino de Itaboraí e provavelmente do Leste do Recôncavo da Guanabara e do Vale do Macacu.

Um decreto do Marquês de Pombal, em Janeiro de 1764, proibiu *“a aceitação de noviços, por parte de ordens religiosas, sem que houvesse especial licença do governo”*.

⁹ Agradeço a atenção que recebi, entre os meses de Janeiro e Agosto de 2014, pelo Monge da Ordem Beneditina Dom Pascoal de Biase Quintão, que com muita cordialidade tornou possível o meu acesso aos registros do Mosteiro referentes as Fazendas de Macacu e Escurial.

¹⁰ Frei Galvão foi canonizado pelo Papa Bento VI em 11 de maio de 2007, tornando-se, segundo as crenças da Igreja Católica, o primeiro santo nascido no Brasil. Frei Veloso era botânico e primo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (CRUZ, 2011).

Além disso, posteriormente foi “*decretado o limite de número de noviços*” que poderiam ser aceitos (MIRANDA, 1969:92). Possivelmente, essas medidas iniciaram a decadência do Convento de São Boaventura, embora ainda que de forma gradual, como pode ser observado com a sua própria reconstrução em 1784.

Considerar esse contexto, desenvolvido no âmbito de toda presença religiosa no Brasil, contribui para evitar o superdimensionamento de episódios locais como modelos explicativos para o fechamento do Convento. Nesse sentido, vale ressaltar que embora as “*Febres de Macacu*”¹¹, em 1829, tenham sido um dos fatores de seu fechamento, tais febres não iniciaram os problemas da Ordem franciscana em São Boaventura, mas sim, impulsionaram um quadro de crise já existente.

Da mesma forma, associar os motivos do fechamento do Convento com a decadência da Vila de Santo Antônio de Sá, possibilita o surgimento de equívocos consideráveis na investigação histórica. Ainda que suas histórias estejam entrelaçadas, pois o Convento estava localizado na sede administrativa da Vila, existem especificidades que as diferenciam, seja por questões contextuais de tempo, espaço ou política-administrativa. Como exemplo, entre outros, é anacrônico vincular a inauguração da primeira seção da Estrada de Ferro Cantagalo, em 1860, - sendo este um dos fatores da decadência da Vila, com mais impacto em sua Freguesia sede - com o fechamento do Convento, fato ocorrido no início da década de 1850.

Uma valiosa narrativa para conhecer melhor o Convento de São Boaventura, são os escritos do missionário metodista Daniel Parish Kidder. Sua chegada, em 1837, coincidiu com “*às vésperas da maior festa religiosa do lugar*”. Acompanhado de Spaulding - seu companheiro de viagem - Kidder narra que o primeiro local que visitou foi o “*Convento de Santo Antônio*” (Boa Ventura):¹²

“Era um grande edifício de imponente aparência externa, mas, bem mal acabado por dentro. Na ocasião em que o visitamos, estava caindo aos pedaços. Entramos primeiramente na capela onde os frades haviam iniciado o louvável trabalho de expulsar as baratas e remover a poeira, antes de começar a ornamentação para a qual haviam trazido da cidade os preparos necessários” (KIDDER, 2001:161-162).

¹¹ Febres palustres que assolaram, na primeira metade do século XIX, às regiões próximas às margens do rio Macacu. Para o ano de 1829, a Epidemia de Malária gerou maiores danos para a população dessas localidades.

¹² O Convento de São Boaventura recebeu diversas denominações com o decorrer dos anos: no século XVIII, o Frei Jaboatão chamava de S. Boaventura de Casserebú e Frei Apolinário da Conceição de São Boaventura da Vila de Macacu; no século XIX, Baltazar da Silva Lisboa nomeia de S. Boaventura da Vila de Cassarabú e de S. Boaventura de Macacu e J.C.R. Milliet de Saint Adolphe, assim como Kidder, chama de Santo Antonio.

Acompanhado dos frades, prossegue a visitação conhecendo outras partes do Convento, como os dormitórios, a biblioteca e menciona uma pintura do Convento:

“Conduziram-nos então através de uma longa fila de dormitórios vazios e daí para o coro onde alguns frades se ocupavam em afinar um velho órgão e organizar algumas peças de música para a festa. No nicho que ficava num dos lados dessa galeria, sem dúvida destinado a algum patrono da boa música, descobrimos um monte de velhos livros corroídos de traça, ao lado de algumas pilhas de manuscritos que, ao que nos informaram, constituíam toda a biblioteca do convento. Nas paredes laterais viam-se diversas pinturas toscas, uma das quais parecia representar Cristo subindo da Cruz ao Céu (...)” (IBIDEM).

Apesar de seus relatos estarem acompanhados com um tom depreciativo sobre o espaço religioso estudado, o que viabiliza pensar em possíveis dosagens de exageros, sua visita é próxima ao fechamento das portas do Convento, que, segundo o Frei Basílio Röwer, ocorreram em Julho de 1841 (RÖWER, 1941:183).

A arquiteta Ana Maria Moraes Guzzo argumenta que, *“em 1855, (...) o Convento foi cedido a uma Casa de Caridade,”* discordando, desta forma, do Frei Basílio Röwer, que mencionou o ano de 1835 como o momento em que ocorreu esse episódio. Embora não se tenha consenso desta data, o fato é que a condição apresentada pelos franciscanos para esta concessão, era *“de que os responsáveis reservassem uma cela para um representante da Ordem Franciscana”*. (GUZZO, 1999:115)

Embora em estado de ruínas, os franciscanos foram detentores do Convento até 1922, quando o venderam, junto com todo seu terreno ao redor, para Abadia de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro. Essa propriedade, já com o nome de Fazenda Macacu e conhecida também como Fazenda Nossa Senhora das Dores de Macacu, ficou em posse da Ordem Beneditina até 1930¹³.

¹³ Além da Fazenda Macacu, os Beneditinos também foram proprietários da Fazenda Escorial em Porto das Caixas. Para saber mais ver: Inventário dos bens imóveis de interesse histórico e artístico do estado do Rio de Janeiro. INEPAC.

Os Escravos Conventuais de São Boaventura

Poucos são os autores que analisam os escravos dos Conventos Franciscanos no Brasil. Entre eles, destacam-se os trabalhos dos historiadores dessa Ordem, o Frei Basílio Röwer (1941) e Frei Venâncio Willeke (1976).

Röwer em suas pesquisas “*não se prendeu à defesa da primazia dos franciscanos em relação a outras Ordens religiosas.*” Em seu trabalho, é possível perceber uma maior preocupação com a sistematização e o tratamento das fontes disponíveis, aplicando um tratamento metodológico às produções históricas da Ordem (IGLESIAS, 2011:31). Não realizou um estudo aprofundado sobre a escravidão, visto que suas análises priorizaram alguns Conventos da Ordem no Brasil. As menções aos escravos realizadas em seus trabalhos, quando ocorriam, restringiam-se, principalmente, nos ofícios dos cativos e no quantitativo de escravos. Pouco escreveu sobre os escravos do Convento de São Boaventura.

Willeke, em suas produções, deu ênfase ao estudo dos franciscanos no Brasil. “*Procurou em seus trabalhos imprimir uma visão crítica a respeito dos fatos históricos sobre a Ordem, descritos pelos escritores anteriores.*” Ainda que não tenha sido predominante em suas pesquisas, diferente de Röwer, a temática da escravidão recebeu exclusividade em um de seus trabalhos. Intitulado “*Senzalas de Conventos*” (Ibidem:28), Willeke analisou de forma pioneira a presença escrava em Conventos franciscanos. Nesse trabalho, ele não focou suas análises em um Convento específico, realizando, de forma objetiva, um panorama geral dos escravos conventuais no Brasil. Ainda que mais que Röwer, pouco mencionou os escravos do Convento de São Boaventura.

Ambos os autores, apresentam o cativo como vítima passiva do sistema escravista. Como pensadores de seu tempo, não elaboraram observações que buscassem a compreensão do escravo como um agente atuante de seu processo histórico. Suas abordagens se inserem na ideia da coisificação do escravo¹⁴, interpretando-os como indivíduos sem representação pessoal alguma, inteiramente subjugados por sua própria condição.

O foco no diálogo com os trabalhos produzidos pelos historiadores da Ordem Franciscana, justifica-se pela escassez de pesquisas da temática aqui analisada e pela necessidade de realizar problematizações em suas interpretações. A forma como interpretaram os escravos e a subjetividade como trataram a questão, ainda que suas pesquisas tenham

¹⁴ Para saber mais ver: (CHALHOUB, 1990). Chalhoub discute com os teóricos do “escravo-coisa” em todo o livro, mas especialmente nas pp. 35-42 e no epílogo, pp. 249-253.

proporcionado consideráveis contribuições a investigação histórica, despertaram o interesse em dar ênfase na leitura desses trabalhos para apontar novas interpretações. Mencionadas essas questões, a análise se inicia.

Como forma de alcançar a propagação da fé, a Igreja Católica legitimou a escravidão moderna. Com base nessa justificativa, o uso de escravos em conventos demonstrou ser uma realidade em diferentes Ordens, inclusive na franciscana. Contudo, ainda que represente uma minoria, alguns religiosos condenaram a escravidão. Entre os franciscanos, destacam-se os nomes dos Freis José de Bolonha e Francisco de Spezzia (FRAGOSO, 1992:289-303). Assim como ocorreu com Bolonha e Spezzia, os poucos missionários do Brasil-Colônia que ousassem condenar a escravatura eram degredados (WILLEKE, 1976:374).

Frei Willeke menciona registros de africanos pertencendo a Ordem já em 1618. Afirma que o aumento do uso de escravos pelos franciscanos se deu entre finais do século XVII e meados do século XVIII. Por considerar essa “*a fase de construção de vários conventos*”, argumenta que foi nesse período que a Ordem possuiu mais escravos (IBIDEM:357).

Embora esteja sendo endossado que a introdução dos escravos nos Conventos franciscanos tenha ocorrido no momento de suas construções, os registros mais antigos do Convento de São Boaventura encontrados pelo presente pesquisador, até o momento, datam o ano de 1730. Ano em que Frei Apolinário da Conceição escreveu seu Epítome (CONCEIÇÃO, 1972:77-165)

Com a exceção das missões de índios, a presença do negro escravo foi uma realidade nos espaços de atuação dos franciscanos. A escravidão era parte integrante do cotidiano da Ordem. Até quando um pregador franciscano recebia ordem de transferência de um convento para o outro, recebia também o direito de ter dois escravos como companhia. (WILLEKE, 1976:362).

Frei Basílio Röwer ao mencionar o momento em que as portas do Convento de São Boaventura foram fechadas, cita a relação de notícias elaborada, entre os anos de 1836 a 1838, pelo o último guardião¹⁵ do Convento. Seu nome era Frei Teotônio de Santa Humiliana e essa relação representa o último, ou um dos últimos, relato do Convento ainda em funcionamento. Neste registro, torna-se possível constatar parte do cotidiano dos escravos na

¹⁵ O superior de um convento.

senzala pertencente ao convento e uma das práticas corriqueiras dos escravos conventuais: sair pelas ruas a pedir esmolas de porta em porta. Assim Frei Humiliana relata que:

“Vestiram-se os religiosos, escravos e curaram-se os enfermos. (...) Fez-se um novo portão para as senzalas. (...) Compraram-se bolsas, cangalhas e um cavalo para cangalha, cujo cavalo o escravo Martins é que sabe o fim que levou, ou que lhe deu, andando às esmolas” (RÖWER, 1941:182).

Segundo Frei Willeke, *“a exemplo dos engenhos de açúcar, os conventos levantavam senzalas para seus escravos (...) parece que todas as senzalas dispunham de capela e enfermaria”* (WILLEKE, 1976:359). Ele menciona registros de senzalas, do início do século XVIII, em conventos do Nordeste. No decorrer de sua obra, é possível perceber uma interpretação baseada na ideia de que os escravos pertencentes aos franciscanos receberam um tratamento menos agressivo, quando comparados com as senzalas dos senhores leigos. Contudo, ao mesmo tempo, afirma que *“ainda assim havia certo rigor nas senzalas, onde o tronco ameaçava aos indisciplinados ao menos em vários conventos do Nordeste”* (IBIDEM:61).

Uma outra narrativa que comprova a existência de senzala no Convento de São Boaventura é o texto do fotógrafo Austríaco Mario Baldi. Ele visitou as ruínas do convento em 1928 e se referiu a senzala relatando que:

“Outro edifício do tempo, o cárcere dos escravos, igualmente em completa ruína, está cercado de uma flora esmagadora. Ainda ali existem no subterrâneo poderosas grades de ferro avermelhadas pela ferrugem”. (BALDI, 1936:112)¹⁶

Mais do que moradias dos escravos, essa senzala representou um espaço de sociabilidade, onde trocas de experiências e expectativas de liberdade foram realizadas. Desta forma, este artigo defende a ideia de que tensões ocorreram nas senzalas das ordens franciscanas, estando sua ocorrência condicionada ao rompimento de negociações e conquistas que os cativos obtiveram. Vincular o caráter mais brando das senzalas da Ordem franciscana, unicamente pelo fato de pertencerem a religiosos, representa um nível de subjetividade que não tem sustentação na investigação histórica.

¹⁶ Para saber mais sobre a passagem de Mário Baldi no Convento de São Boaventura ver: (FIGUEIREDO:2011).

As fugas que ocorreram em alguns conventos franciscanos pelo Brasil, demonstram o nível existente dessas tensões. O jornal *Correio da Victória*, em 1859, noticiou a fuga de um escravo do Convento da Penha. Quem assina o anúncio é o Frei Teotônio de Santa Humiliana, o mesmo que foi o último guardião do Convento de São Boaventura. O jornal noticiava que:

“No dia 7 do corrente mês, fugiu o escravo de nome Benedito do convento de N.S da Penha, pardo escuro, gordo, reforçado, de 50 à 60 anos. Quem dele souber, e levar ao religioso, que está governando o convento, fará grande obséquio, e se o fizer capturar, melhor. Anda quase sempre embriagado, costuma andar às esmolas, principalmente no distrito da Serra. Os fiéis devotos não lhe devem dar esmolas, se ele as pedir, sem apresentar papel, que o autorize para pedir esmolas, assinado, ou pelo novo padre guardião que está à chegar do Rio de Janeiro. Convento de N.S. da Penha, 8 de março de 1859. Pr. Teotônio de Santa Humiliana” (CORREIO DA VICTÓRIA, 1859 APUD FERREIRA, 2011:125).

De forma geral, as fugas ocorriam devido à quebra de compromissos anteriormente acertados entre os franciscanos e os seus escravos. Um dos fatores determinantes para que ocorressem as fugas - ainda que não esteja sendo descartado a possibilidade de castigos corporais nessas senzalas - esteve associado ao rompimento das expectativas de liberdade do cativo, situação que possivelmente ocorreu com a recusa na concessão de alforrias.

Em 1735, o governo provincial franciscano proibiu que *“os guardiães alforriassem negros solteiros ou casados, enquanto ainda pudessem prestar serviços”*. Com o decorrer do século XIX, as alforrias passaram a ser, gradualmente, implementadas pela Ordem franciscana. Frei Willeke demonstra que:

“o definitório¹⁷ do Rio determinou, em 1859, que todos os escravos de 60 anos de idade e as escravas de 50 pudessem ser alforriados, com a ressalva de que estas tivessem dado ao respectivo convento ao menos seis filhos. Caso algum escravo comprasse a sua alforria, a importância deveria reverter em benefício do convento”. (WILLEKE, 1976:370)

Ao mesmo tempo em que justifica as condições presentes na alforria, Willeke questiona, argumentando que a ação só ocorreu devido à crise econômica que a Ordem estava enfrentando, sendo tal prática, segundo ele, uma forma de diminuir os gastos com esses

¹⁷ Designa tanto o corpo dos superiores da Província (Provincial, Custódio e Definidores), como a reunião dos mesmos em assembleia.

escravos idosos (WILLEKE, 1976:373). Vale destacar que, embora com algumas características diferentes, essa determinação precedeu a Lei dos Sexagenários decretada pelo governo Imperial em 1885¹⁸.

Em 1871, a Província do Rio marcou um prazo para alforriar seus escravos. Embora acompanhado de restrições, determinou que “*os escravos com mais de 20 anos de idade seriam alforriados a 4/10/1876, os de menos de 20 anos, logo que alcançassem essa idade*”. Houve também a possibilidade de compra da alforria antes desse prazo, mediante módica importância a ser restabelecida pelo provincial. O passo mais enérgico foi dado pelo Capítulo¹⁹ Provincial da Bahia, em 07/12/1872, quando foi determinado que todas as suas comunidades deveriam alforriar seus escravos (IBIDEM:370).

Em relação ao trabalho no convento, os escravos conventuais desempenharam diversas funções. Trabalharam, entre outros ofícios, nos serviços da lavoura, no transporte de água e lenha, em obras do convento, na alvenaria, marcenaria e na lavanderia.

Sobre a prática de pedir esmolas, há casos em que o escravo realizava essa função sem o acompanhamento dos frades. Possivelmente o escravo Martins, citado pelo Frei Humiliana, seja um exemplo disso. Isso porque no período do relato, o noviciado já não mais existia e o convento estava prestes a fechar suas portas, o que foi determinante para ocorrer a diminuição do número de religiosos em São Boaventura.

Essa diminuição, somada a dimensão do convento, forçou os escravos a exercerem vários ofícios. Ao mesmo tempo que essa constatação viabiliza pensar na ampliação das tarefas dos cativos e no seu consequente aumento do ritmo de trabalho, contribui também para perceber o nível de mobilidade que exerceram e no grau de autonomia que conquistaram.

Röwer, ao escrever brevemente sobre os escravos do Convento da Penha (ES), argumenta que esses cativos ao aprenderem um ofício, tornavam-se hábeis de tal forma que alguns viravam mestres. Demonstra que a construção e reconstrução desse Convento foram alcançadas pelo trabalho dos escravos. Situação que provavelmente ocorreu no Convento de São Boaventura²⁰. Menciona escravos músicos, assinalando que alguns faziam parte da

¹⁸ Lei nº 3.270, conhecida também como Lei Saraiva-Cotegipe, aprovada no dia 28 de Setembro em 1885. Entre outras medidas, determinava livres os escravos com mais de 60 anos.

¹⁹ Assembleia formada pelo superior (Provincial ou Geral) juntamente com os demais membros com direito de voto segundo os estatutos, com a finalidade de eleger os novos superiores e legislar.

²⁰ No documentário “**Convento São Boaventura, uma herança cultural preservada pela Petrobras**” há referência da participação de escravos na construção do Convento. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SIRWWwVvsnM>> Acessado em: 20/12/2012.

composição de bandas. Comenta que o mapa demonstrativo dos escravos da Penha, de setembro de 1872, registra a presença de 42 cativos, cujos ofícios são distribuídos da seguinte forma: 3 pedreiros, 1 carpinteiro, 11 ocupados na lavoura, 7 cozinheiras, 6 lavadeiras, 3 engomadeiras, 5 costureiras e 6 sem ofício (RÖWER, 1941:222-223).

Willeke, também utilizando as informações sobre os escravos conventuais da Penha, confirma a prática do cativo de pedir esmolas sem o acompanhamento dos frades e menciona, também, a participação desses em bandas de música:

“A crônica da Penha de Vila Velha (ES) oferece interessantes detalhes das atividades desenvolvidas pelos escravos daquele convento-santuário mariano. Pois, os pretos não somente acompanhavam os frades esmoleres nos frequentes peditórios, mas também eram mandados a sós a colher donativos para a festa da padroeira dos capixabas: Nossa Senhora da Penha ou dos Prazeres, celebrada na segunda feira da Pascoela. Os escravos do mesmo convento mantinham uma banda de música para abrilhantar as solenidades do santuário” (WILLEKE, 1976:358).

O exemplo dos escravos conventuais da Penha, possibilita compreender no quanto as relações escravistas nos conventos franciscanos foram diversificadas.

Frei Willeke narra uma das formas de participação do escravo no ato de pedir esmolas, ao mesmo tempo que justifica o uso de tal prática pela Ordem Franciscana:

“A ordem franciscana precisava de muitos serventes porque as comunidades viviam quase exclusivamente de esmolas pedidas de porta em porta. Os peditórios estendiam-se pelo sertão, tomando semanas ou meses, na arrecadação de víveres e animais que o religioso esmolero mandava periodicamente ao convento pelos escravos acompanhantes” (IBIDEM:355).

Além da subjetividade presente em seu discurso, essa narrativa dá uma ideia dos espaços de circulação dos escravos sem a vigilância de um integrante da Ordem, visto que o cativo foi mencionado como o responsável por levar as esmolas pra o convento.

Sobre o quantitativo de escravos conventuais em São Boaventura, o viajante Daniel Parish Kidder, ao entrar no convento, em 1837, constatou que tinha em torno de 8 a 10 escravos e isso em um período de esvaziamento do convento:

“O Convento (...) foi ele ocupado por numerosos membros da Ordem monástica; na ocasião em que o visitamos, porém, havia apenas o guardião e oito ou dez escravos.

As terras a ele pertencentes eram extensas. Podemos fazer ideia de sua vastidão olhando de uma das janelas superiores do edifício, mas, ninguém nos pôde dizer qual a área aproximada. Esta circunstância harmonizava-se perfeitamente com o fato de não haver o menor indício de cultura em ponto algum das terras". (KIDDER, 2001:161-162)

Ainda que as narrativas de Kidder sejam passíveis de interpretações, devido a subjetividade que possuíam, representam um registro que assinala a presença escrava no convento e diante disso, a citação do seu quantitativo de cativos é considerado aqui como objeto de análise.

O esvaziamento do Convento de São Boaventura, mencionado por Kidder, dá uma ideia de que em momentos anteriores, quando ocorria uma maior circulação de religiosos pelo convento, o quantitativo desses escravos fosse maior. O aumento de religiosos ocorreu no período do funcionamento do noviciado, principalmente entre os anos de 1750 e 1763, quando este viveu sua época de florescência. Reforçando o que já foi dito: *“durante a decadência claustral (...) o número dos escravos conventuais diminuiu gradativamente (...)”* (WILLEKE, 1976:356).

Como os noviciados também exerciam funções dentro do convento, é neste período que, possivelmente, os escravos foram mais especializados em um determinado ofício e a prática de sair a pedir esmolas teve mais destaque. Isso porque a execução de tarefas dentro do convento, neste contexto, não era exclusividade do escravo, sendo disponibilizado, desta forma, parte de seu tempo para o exercício de trabalhos fora do convento.

Comparando com o quantitativo de outros conventos da Província da Imaculada Conceição, torna-se possível perceber que a escravaria do Convento de São Boaventura, citada por Kidder, em 1837, não era inexpressiva. Para o ano de 1835, o total de escravos em “Itú contava 4, Santos 0, Taubaté 10, Itanhaem 3, enquanto São Paulo já não tinha comunidade franciscana; Angra dos Reis 19 e Cabo Frio, em 1849, 12 (...)” (IBIDEM:360).

Frei Titton argumenta que o *“período da decadência”* da Ordem Franciscana no Brasil ocorreu entre os anos finais do século XVIII e finais do século XIX. (TITTON, 1970:315). Sua afirmação reforça o argumento, presente neste texto, de que o quantitativo de escravos do Convento de São Boaventura, citado por Kidder, configura um número que já tinha passado por reduções, visto que a Ordem, nesse período, vinha enfrentando modificações que ocasionaram em sua decadência.

Outro registro local que contribui de forma contundente, para elaboração de questões referentes às relações escravistas no Convento de São Boaventura, é o Livro de Batismos de

escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1809)²¹. O período do livro é equivalente ao momento em que foi iniciado a diminuição do número de religiosos no Convento, visto que o decreto de 1764 inviabilizou a entrada de novos noviços. O livro possui um total de 48 anos, correspondendo a 864 registros.

Apresentando os dados do livro de forma objetiva, foram encontrados um total de 18 escravos. Lembrando que na narrativa de Kidder, em 1837, foi apresentado um quantitativo de 8 a 10 cativos. Embora sejam registros consideravelmente diferentes, ainda que a efeito da realização de comparações na esfera das aproximações, contribuem para o reconhecimento de que a diminuição dos cativos se deu no período de crise da Ordem como um todo, e não, como consequência exclusiva de algum episódio local.

A menção da nomenclatura Boaventura esteve presente em diversos registros de batismo do livro. Dois proprietários de escravos, chamados Boaventura de Almeida e Boaventura Machado foram citados algumas vezes. Diversos escravos que não pertenciam ao convento, também foram batizados com o nome de Boaventura. Tal fato representa um indicativo da influência que a presença franciscana gerou na devoção católica entre os moradores da região. Diante disso, considerou como escravos conventuais apenas os registros que apresentaram as expressões “*escravos de São Boaventura*”; “*escravos dos Religiosos do Convento de São Boaventura*”; e “*escravos do Convento de São Boaventura*”.

Do total de 18 escravos conventuais localizados no livro, não contabilizando os nomes que tiveram a repetição comprovada, foram encontrados os seguintes dados: 6 foram padrinhos e 2 madrinhas de escravos que não pertenciam ao convento. Os outros 12 cativos, são mencionados em 5 registros que os pais dos inocentes²² eram escravos do convento. Desta forma, desses 18 escravos, 5 eram inocentes e 13 adultos. Desses, apenas 2 eram africanos, “*Maria do Gentio*” e “*Manoel nação Congo*”, e os restantes Crioulos²³.

Dos 5 registros dos inocentes, constata-se que 4 são mencionados como filhos legítimos e apenas 1 como filho natural.²⁴ A condição de filhos legítimos era uma referência

²¹ Agradeço ao amigo, André Farias Taranto, pelo auxílio na organização dos dados extraídos do Livro de Batismo analisado.

²² Iraci Del Nero da Costa assinala que “*por inocentes entendiam-se as crianças - via de regra com menos de sete anos - que ainda não comungavam; adultos, consideravam-se, em geral, os negros africanos - com mais de sete anos - aqui chegados sem terem recebido o batismo em África*” (COSTA:2).

²³ Filhos de escravos africanos nascidos no Brasil.

²⁴ Filho de pais que não tiveram sua união conjugal reconhecida pela igreja.

para as crianças de pais que contraíam matrimônio no âmbito da Igreja. Desses registros, apenas 1 não menciona a madrinha e o padrinho citado é o único que é escravo, entre os outros padrinhos/madrinhas que foram mencionados.

Através desses dados, torna-se possível constatar a constituição de famílias escravas dentro do Convento de São Boaventura e a construção de redes de parentesco que iam além dos laços consanguíneos e para fora do convento.

Sem dúvida, os laços de compadrio que os escravos conventuais de São Boaventura tiveram, com os livres e os libertos, ampliaram suas redes de solidariedade e sociabilidade. O estabelecimento desses laços contribuiu para uma mobilidade espacial desses escravos, visto que *“a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativo parece ter dependido, em grande parte das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região”* (MATTOS, 1995:72).

Entre os dois casais citados nos registros, um deles se destaca por ter batizado três filhos. Foi o casal *“Manoel nação Congo e Joana Crioula, escravos dos religiosos de São Boaventura”*, pais dos escravos *“José Inocente”* (03/08/1794), *“Boaventura”* (11/05/1800) e *“Ignocência”* (09/08/1802). Essas informações demonstram que a união conjugal estável, entre os escravos, ocorreu no interior do Convento de São Boaventura. Essa relação de parentesco representou a construção de estratégias de vida, caracterizadas pelos laços de ajuda mútua, sociabilidades e de solidariedade. Desta forma, compreende-se que:

“a família cativa constituiu um dos pilares sobre os quais se formaram as comunidades de senzala. Por mais que parecesse reforçar o domínio escravista através da obediência a uma rotina cotidiana, a família oferecia ao escravo maior poder de negociação com os senhores e, principalmente, mais vontade de reação a atos arbitrários de castigo, venda e desrespeito a direitos adquiridos”. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006:102)

Vale destacar que a família escrava expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas *“esperanças e recordações”*, visto que a família escrava *“era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram (...) para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônicas à dos senhores e compartilhadas por uma grande parte dos cativos”.* (SLENES, 1999:49).

No Convento de São Boaventura, além da família escrava, os laços de solidariedade e ajuda mútua também foram desenvolvidos pela Irmandade de São Benedito, *“a qual com solenidade todos os anos festejam a luzida Irmandade dos Pretos”* (CONCEIÇÃO,

1972:131). Essa associação religiosa viabilizou agregação de negros de forma relativamente autônoma dentro do Convento. Mencionado, neste trabalho, apenas para que o leitor perceba a dimensão de atuação dos negros - escravos ou libertos - no Convento de São Boaventura, durante o século XVIII e início do século XIX. Um tema que diante de sua riqueza será trabalhado de forma minuciosa em um momento posterior.

Considerações Finais:

Este trabalho teve como propósito analisar as relações escravistas no Convento de São Boaventura, apresentando uma perspectiva de análise a qual não se reteve na elaboração da história de suas estruturas, tão pouco na busca incessante de nomes de religiosos que passaram pelo convento.

Não pretendeu esgotar a análise do cotidiano dos escravos conventuais em São Boaventura, mas sim apresentar uma nova abordagem sobre o convento. Como um trabalho de História Local, o interesse central aqui foi estudar as relações sociais dentro desse espaço, inserindo o convento no contexto das transformações da Ordem franciscana no Brasil.

As problematizações realizadas, nesta pesquisa, tiveram como principal objetivo a busca pela ampliação das interpretações sobre a história do convento e do município. O que se espera é que as questões apresentadas aqui e o tipo de abordagem realizada possam auxiliar na elaboração de novos estudos. Desta forma, a análise das ações e reações dos escravos, no contexto da história do Convento de São Boaventura, teve como principal pretensão gerar o rompimento do silenciamento do negro na história do município de Itaboraí.

Bibliografia:

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (Monsenhor Pizarro) *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753 – 1830*. RJ. INEPAC. Vol. II.2009.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONCEIÇÃO, Apolinário. *Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição no Brasil*. RIHGB, Vol. 296, Julho-Setembro, 1972.
- COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacu (1833-1875)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Registro paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos*. Disponível em: <<http://arquivosefonteshistoricas.files.wordpress.com/2011/05/notas-sobre-assentos-de-batismos.pdf>>.
- CRUZ, LUIZ. *O primo de Tiradentes*. Revista de História, 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-primo-de-tiradentes>> Acessado em: 06/03/2015.
- FERREIRA, Heloísa Souza. *Anúncios de Escravos do Correio da Victoria (1849-1873)*. Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 93-140, jan./jun., 2011.
- FIGUEIREDO, Adilson. *O estilo artístico através dos elementos decorativos do Convento de São Boaventura de Macacu*. FSB. Monografia do Programa de Pós graduação Lato Sensu. RJ, Junho de 2011.
- FRAGOSO, H. *O etnocentrismo na primeira evangelização do Brasil*. Convergência, 233(6), p. 289-303, 1990.
- GUZZO, Ana Maria Moraes. *O Convento de São Boaventura de Macacu na arquitetura franciscana brasileira*. 1999. Rio de Janeiro: PROARQ – FAU / UFRJ. Dissertação de mestrado.

- IGLESIAS, Tania Conceição. *Fontes franciscanas: historiografia clássica da ordem no Brasil Colonial*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 125-135, mar 2011.
- _____. *Fontes franciscanas: historiografia franciscana brasileira*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 23-38, jun 2011.
- JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores do Brasil*. IHGB, Livro I, 1858.
- _____. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores do Brasil*. IHGB, Livro II, 1859.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil : Rio de Janeiro e província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Brasília Senado Federal. 2001.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1964.
- LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo VII. RJ. 1835.
- Livro de Batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1809)*.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados de liberdade do Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 1995.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- ROWER, Frei Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis, Vozes. 1941.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*, 2 vol. Paris. 1845.
- SHARPE, Jim. *A história vinda de baixo*. In: BURKE, Meter. *A escrita da história*. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992.
- SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TITTON, Gentil Avelino. *A reforma da Província franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740) (I)*. Revista de História, USP, nº 84, 1970.
- WILLEKE, Venâncio. *Inícios da Província da Imaculada Conceição. (Comemorando o tricentenário de sua ereção: 1675-1975)* Revista de História, USP, nº 100, 1974.
- _____.Fr. Venâncio. *Senzalas de Conventos*. Revista de História, USP, nº 106, 1976.